

# AINST/16/00026 — Parecer do RIES sobre intenção de decisão

---

## Parecer da Instituição de Ensino Superior à Intenção de Decisão do Conselho de Administração

1. Tendo em conta a intenção de decisão do Conselho de Administração relativamente à Avaliação Institucional do/a *Universidade De Lisboa*
2. O responsável da Instituição de Ensino Superior decide:  
*Apresentar parecer*
3. Parecer (Português):  
*<sem resposta>*
3. Appraisal (English):  
*<no answer>*
4. Documento anexo (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB):  
[4.\\_Pronuncia v2.pdf](#)

A presente pronuncia decorre no âmbito da audiência de interessados relativa à intenção de decisão do Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) no âmbito do processo de acreditação institucional da Universidade de Lisboa (ULisboa), processo n.º AINST/16/00026.

A intenção de decisão é a de acreditação pelo período de 3 anos, sujeita às seguintes condições:

- 1) Criar um sistema de informação integrado;
- 2) Implementar um SIGQ interno para as Unidades Orgânicas, ou de preferência, para toda a Universidade;
- 3) Racionalizar a oferta formativa, evitando a sua duplicação, aumentando substancialmente a multidisciplinaridade e aproveitando melhor os recursos docentes existentes nas diversas UOs;
- 4) Analisar a retenção de estudantes em muitos programas de ensino da generalidade das UOs, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo;
- 5) Reforçar a imagem da U. Lisboa;
- 6) Uniformizar o calendário escolar em toda a instituição;
- 7) Disponibilizar no sítio da INTERNET os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa de todos os ciclos de estudos.

Relativamente às condições enunciadas, cumpre-nos tecer as seguintes considerações, bem como esclarecer algumas questões associadas às mesmas.

### **1- Criar um sistema de informação integrado**

A criação de um sistema integrado de informação na ULisboa tem sido uma das prioridades da gestão da Universidade de Lisboa e das suas Escolas desde o início do processo de fusão. Só através de sistemas de informação eficazes é possível desencadear todos os processos associados à implementação dos sistemas de gestão da qualidade.

Neste sentido, já está disponível em todas as Escolas e na Reitoria um sistema unificado de Gestão de Recursos Humanos e Materiais, baseado numa implementação do sistema SAP para a Administração Pública. Desta forma é já possível, em tempo real, obter informações associadas aos recursos humanos e financeiros de cada uma das Unidades Orgânicas bem como informação consolidada das mesmas.

Paralelamente, nos últimos 5 anos tem sido gradualmente implementado um sistema comum de gestão académica. Não tem sido fácil esta implementação tendo em conta que o ponto de partida foi o de duas universidades em que as respetivas Escolas dispunham de sistemas de informação académica distintos. A adaptação de um novo sistema académico a um conjunto de 18 Escolas, com cerca de 50.000 estudantes e 4.000 docentes, não é uma tarefa fácil, até porque implica as migrações dos históricos escolares armazenados de diferentes formas e utilizando conceitos também dispares. Nesta data o sistema de gestão académica Fénix já se encontra em funcionamento na

reitoria e em 16 das 18 Escolas, prevendo-se que fique também plenamente operacional nas restantes duas Escolas até ao final do corrente ano letivo.

Como será fácil compreender, a tarefa associada a implementar sistemas de informação integrados numa organização com a dimensão da Universidade de Lisboa não é fácil, mais difícil se tem tornado num momento em que a capacidade de atração de meios humanos qualificados na área da informática e da gestão de sistemas por parte das entidades públicas é um desafio acrescido.

## **2 - Implementar um SIGQ interno para as Unidades Orgânicas, ou de preferência, para toda a Universidade**

A opção adotada na ULisboa, tendo em conta a sua dimensão, especificidade de cada uma das suas Escolas e autonomia das mesmas, foi a de criação de sistemas de garantia de qualidade próprios para cada Escola.

Neste momento já se encontram acreditados o SIGQ do Instituto Superior Técnico (IST) e o SIGQ do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), encontrando-se em fase final de acreditação o SIGQ do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Foi recentemente apresentada a candidatura à A3ES para acreditação do SIGQ da Faculdade de Ciências (FC).

Apesar de em todas as Escolas estarem já implementados processos de garantia da qualidade, o desenvolvimento de sistemas integrados de gestão de qualidade nas restantes Escolas tem estado fortemente condicionado à integração dos sistemas de informação, encontrando-se atualmente criadas as condições para que os seus SIGQ possam ser amplamente desenvolvidos.

Apesar da opção da ULisboa ter sido a de criação de SIGQ próprios para cada Escola, o facto de assentarem nos mesmos sistemas de informação e de terem como base o Manual da Qualidade da Universidade de Lisboa, permite que estes SIGQ partilhem uma mesma matriz identitária que permitirá a criação de métricas para a avaliação institucional de toda a Universidade.

Saliente-se que a cadênciã com que serão certificados os SIGQ das Escolas está fortemente dependente do seu grau de desenvolvimento, bem como da possibilidade de serem selecionados para acreditação por parte da A3ES. Acresce ainda a necessidade de que a A3ES torne mais evidente as vantagens para as instituições em acreditarem os seus SIGQ, pois não se torna possível para as instituições desenvolverem os seus SIGQ quando, simultaneamente, são obrigadas a submeter individualmente a acreditação ou a reacreditação todos os seus ciclos de estudo.

## **3 - Racionalizar a oferta formativa, evitando a sua duplicação, aumentando substancialmente a multidisciplinaridade e aproveitando melhor os recursos docentes existentes nas diversas UOs**

Desde o início do processo de fusão que a ULisboa tem posto em prática um plano de racionalização da sua oferta formativa. Atualmente a ULisboa oferece um número menor de ciclos de estudo de formação inicial (licenciaturas e mestrados integrados) do que oferecia aquando da fusão das suas antecessoras.

Paralelamente a maioria das novas ofertas de 2º e 3º ciclo têm-se constituído maioritariamente com base em iniciativas conjuntas de várias Escolas, procurando a multidisciplinaridade ou, no caso de ofertas não multidisciplinares, através da reunião de valências provenientes de várias Escolas.

São exemplos desta junção de saberes, o ciclo de estudos de licenciatura em Estudos Gerais que associa atualmente 8 Escolas (Faculdade de Letras, Faculdade de Ciências, Faculdade de Belas Artes, Faculdade de Direito, Faculdade de Psicologia, Faculdade de Motricidade Humana, Instituto de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Superior de Economia e Gestão) e o Doutoramento em Ciências da Sustentabilidade que associa 17 das 18 Escolas.

Relativamente à duplicação de ofertas formativas, consideramos que as mesmas deverão ser evitadas quando não dispõem de qualidade, massa crítica ou procura. Tem sido esta a opção adotada na ULisboa, pelo que as duplicações existentes não podem ser vistas como inércia ou falta de capacidade para reorganizar a oferta formativa mas sim como uma opção assumida.

#### **4- Analisar a retenção de estudantes em muitos programas de ensino da generalidade das UOs, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo**

No que toca a esta recomendação, pensamos que a mesma tem toda a pertinência. É dever das instituições de Ensino Superior procurarem analisar permanentemente os percursos dos seus estudantes.

Não obstante refira-se que as taxas gerais de abandono da ULisboa nos 1º ciclos não se afastam muito das habitualmente verificadas noutras instituições nacionais ou estrangeiras. Acresce que, ao nível dos 2º e 3º ciclo, após a reforma decorrente do processo de Bolonha, se verificou um aumento das taxas de abandono. Este aumento tem como origem o facto de muitos estudantes abandonarem após a conclusão das partes curriculares por não sentirem necessidade de, para a sua integração profissional, desenvolverem as suas teses ou dissertações.

#### **5 - Reforçar a imagem da U. Lisboa**

Reconhecendo que haverá sempre mais a fazer neste domínio, gostaríamos de salientar alguns aspetos positivos do caminho percorrido nesta matéria, desde a criação da ULisboa:

- A presença dos dirigentes da ULisboa (Reitor, Presidentes e Diretores) nos meios de comunicação social tem mostrado, genericamente, a unidade da Universidade, em torno de uma imagem de marca.
- A Marca ULisboa, como um todo, tem estado presente em todas as feiras nacionais (Futurália, Qualifica, Move, Ulimited, Opto-Eu, etc) e sempre que somos convidados por Câmaras Municipais e Agrupamentos de Escolas, tem havido uma completa articulação entre a Reitoria e as Escolas de forma a valorizar a marca ULisboa. As Escolas sentindo este apoio permanente da Reitoria já não fazem participações individuais nesses certames, havendo sempre uma representação coletiva. Para além da participação em Feiras,

também fazemos chegar informação da ULisboa e do conjunto das suas Escola, a praticamente todas as Escolas Secundárias do País, através do Projeto INSPIRE.

- O site da Universidade apresenta uma conceção adequada e suficientemente, rica em conteúdo e funcionalidades que permitem uma consulta fácil, informativa e estimulante. A partir dele facilmente se é conduzido para informações específicas dos sites das Escolas que compõem a ULisboa. As nossas redes sociais (twitter, facebook e Instagram) são bastante dinâmicas e muito usadas.
- A maior parte dos sites das Escolas, tem bem visível a sua pertença à Universidade de Lisboa e sentem que isso é uma mais valia para a sua missão. Neste particular há ainda algum trabalho a fazer, para o qual são convocados, sobretudo, os dirigentes das Escolas.
- A produção de material gráfico tem privilegiado a imagem aprovada da ULisboa, que é usada amplamente pela Reitoria e pelas Escolas que o requisitam.
- A nível Internacional temos estado em feiras no Brasil, Moçambique e Angola, entre outros países, com representação unificada da Marca ULisboa.
- Os artigos científicos de professores e investigadores da ULisboa que a não mencionem explicitamente, não são contabilizados para efeitos de suplemento orçamental das Escolas. Foi a adesão extensa a este sistema que tem permitido uma honrosa permanência da ULisboa, em lugar de destaque, no Ranking de Shangai.
- O clipping de notícias privilegia as intervenções que refiram que os seus autores são da ULisboa. Em segundo lugar os que mostram filiação em Unidades Orgânicas da ULisboa e só excepcionalmente de professores da ULisboa, em nome individual.

#### **6 - Uniformizar o calendário escolar em toda a instituição;**

Não é objetivo da ULisboa a uniformização do seu calendário escolar. Justifica-se em muitas situações alguma diversidade no calendário escolar, ditada pela índole das atividades a desenvolver nalguns cursos de algumas Escolas. No entanto, por forma a facilitar a partilha entre as várias Escolas da oferta formativa das restantes, ou para facilitar a oferta de cursos inter-Escolas, tem-se procurado, com sucesso, harmonizar os calendários escolares das várias Escolas. Esta harmonização tem sido efetuada através da fixação anual, por parte da Reitoria, de um calendário escolar indicativo. Refira-se ainda que, de acordo com o RJIES, cabe ao Conselho Pedagógico de cada estabelecimento de ensino a aprovação do respetivo calendário escolar.

#### **7 - Disponibilizar no sítio da INTERNET os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa de todos os ciclos de estudos.**

Esta ação tem sido desenvolvida, podendo atualmente encontrar-se nas páginas web da generalidade dos cursos as ligações para os relatórios de avaliação publicados pela A3ES.

Tendo em conta as observações atrás indicadas, consideramos que muitas das condições apresentadas pelo Conselho de Administração da A3ES se encontram satisfeitas ou em desenvolvimento. Salientamos no entanto que, dados os condicionalismos atrás mencionados, a satisfação da condição n.º 2 (Implementar um SIGQ interno para as Unidades Orgânicas, ou de preferência, para toda a Universidade) dificilmente será concretizada num prazo de 3 anos, pelo que se considera que a acreditação condicional deveria ter como horizonte um período de 6 anos e não de 3.